

CAMARA DOS DEPUTADOS Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº , DE 2011 (Do Sr. Rubens Bueno)

Propõe ato de fiscalização sobre a gestão dos convênios realizados entre a União Nacional dos Estudantes e o Ministério da Cultura.

Senhor Presidente,

Proponho a Vossa Excelência, com base no art. 70 da Constituição Federal – CF, c/c os artigos 60, incisos I e II, e 61, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, ouvido este Plenário, se digne a adotar as providências necessárias, para que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize atos de fiscalização nos contratos realizados entre o Ministério da Cultura e a União Nacional dos Estudantes – UNE, no período de 2008 até 2011.

JUSTIFICATIVA

Como é de notório conhecimento a União Nacional dos Estudantes (UNE) principal entidade estudantil brasileira firmou convênios com o Ministério da Cultura, no valor de R\$ 2,9 milhões, que poderiam estar em situação irregular.

O periódico Estado de São Paulo veiculou que está estudando o assunto e que analisou dois dos convênios com prazo de prestação de contas expirado no Ministério. O primeiro trata sobre a realização do Congresso Nacional da UNE, realizado em julho, em Brasília, e o segundo o Projeto Sempre Jovem e Sexagenária.

O projeto Sempre Jovem e Sexagenária, foi celebrado em 2008 e tinha como meta produzir, até 4 de julho, 10 mil livros e um documentário sobre a história estudantil secundarista. O presidente da entidade Augusto Chagas, diz que devolverá o dinheiro se forem comprovadas irregularidades.

O referido projeto teve liberação de R\$ 435 mil em 5 de junho de 2008. A UNE apresentou orçamento no valor de R\$ 90 mil com pesquisa, sendo R\$ 50 mil para alimentação e hospedagem e R\$ 35 mil para imprimir o livro. No dia 18 de junho foi enviado ofício informando que o convênio estava encerrado e solicitou informações, entretanto não houve resposta.



CÂMARA DOS DEPUTADOS Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Sobre o documentário que trata sobre a história de militância secundarista, previsto no projeto, o Sr. Augusto Chagas informou que não foi produzido. Informou na ocasião que parte da conta bancária está bloqueada em função do fim do Convênio. Informou também que apesar do convênio estar em nome da UNE, o projeto foi dirigido pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes).

Sobre o contrato que trata da elaboração do livro, uma cláusula do documento especifica que a UNE teria 60 dias para prestar contas, a partir de junho, ou restituir em 30 dias as verbas não utilizadas.

O que chama atenção é que existe cláusula no convênio informando que caso o recurso não tenha sido utilizado, deve ser devolvido no prazo de 30 dias, fato que não ocorreu.

Sobre o projeto para realização do Congresso Nacional da UNE, em 16 de julho o Ministério liberou R\$ 342 mil para o evento. A entidade apresentou estimativa de gasto de R\$ 70 mil com hospedagem, R\$ 29 mil para segurança, R\$ 26 mil em passagens aéreas.

Para explicar a despesa com segurança, a UNE entregou o orçamento de duas empresas, uma com sede em Salvador, a 1.400 quilômetros do evento, o outro orçamento apresentado também é de uma empresa baiana a Patorg Segurança, que ocupa uma sala de 30 metros quadrados e conforme fartamente veiculado na imprensa, não tem funcionários.

O periódico Estado de São Paulo enviou jornalistas no endereço especificado da empresa que fica no 6º andar da Avenida Estados Unidos, em Salvador. No local especificado não foi encontrada empresa de segurança e os vizinhos do endereço não conhecem a Patorg Segurança.

Outra empresa especificada é a MG Serviços de Limpeza e Portaria, que ocupa sala na Baixada dos Sapateiros. A UNE, conforme especificado em diversas matérias veiculadas pela imprensa brasileira, entregou um orçamento de R\$ 32,2 mil da empresa, que não tem funcionários registrados, mas que fez uma proposta com 280 seguranças, por R\$ 115,00 a diária. O periódico Estado de São Paulo, também enviou jornalista no local, por diversas vezes e informou não ter encontrado ninguém. O dono da empresa Sr. Marcos Guimarães dos Santos, ao ser entrevistado disse que já prestou serviços para a UNE e que atualmente não tem contatos com a entidade.



Todas essas evidências demostram a necessidade da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle em atuar na fiscalização dos contratos efetivados pelo Ministério da Cultura e a União Nacional dos Estudantes - UNE.

São os motivos pelos quais solicitamos o apoio dos nobres deputados desta Comissão para aprovar esta Proposição.

Sala da Comissão, de novembro de 2011.

Deputado Rubens Bueno PPS/PR